



UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO



## *Interpretação do Património Rural*

Sumário pormenorizado da lição  
para a atribuição do título académico de agregado



**Orlando Simões**

Vila Real, 2019



**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**



## *Interpretação do património rural*

Sumário pormenorizado da lição a que se refere a alínea c) do artigo 5º do Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de junho, para a atribuição do título académico de agregado.

**Orlando Marcelino de Almeida Simões**

Vila Real, 2019



## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. ENQUADRAMENTO, ESTRUTURA E FUNDAMENTAÇÃO DO TEMA DA LIÇÃO .....	9
3. SUMÁRIO DESENVOLVIDO E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO DA LIÇÃO .....	11
3.1. Necessidade e vantagens da interpretação do património rural.....	11
3.1.1. As transformações recentes do espaço e da população rural.....	11
3.1.2. O rural como espaço de consumo.....	12
3.1.3. O turismo no espaço rural.....	13
3.2. O conceito de interpretação .....	14
3.2.1. Interpretação, comunicação e informação .....	14
3.2.2. Conceito e objetivos da interpretação do património .....	15
3.3. Meios, técnicas e instrumentos de interpretação do património.....	17
3.4. Infraestruturas de suporte à interpretação.....	19
3.4.1. Do museu ao ecomuseu .....	19
3.4.2. Do ecomuseu ao centro de interpretação .....	21
3.4.3. Trilhos, rotas, itinerários e circuitos interpretativos .....	22
3.5. Interpretação e desenvolvimento rural .....	22
3.5.1 O património rural como objeto de interpretação.....	22
3.5.2. A interpretação e a valorização económica do património.....	25
3.5.3. A importância dos centros de interpretação ambiental.....	26
4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	31
4.1. Competências a adquirir pelos alunos no processo de aprendizagem .....	31
4.2. Justificação e fundamentação das competências e objetivos de aprendizagem .....	31
4.3. Explicitação e fundamentação dos métodos de monitorização e avaliação da aprendizagem.....	32
5. BIBLIOGRAFIA E RECURSOS PEDAGÓGICOS E DIDÁTICOS .....	33
5.1. Bibliografia de apoio à lição.....	33
5.2. Bibliografia complementar .....	34



## 1. INTRODUÇÃO

Depois de terem atingido o auge na ocupação do espaço em meados do Século XX, a agricultura e a população rural portuguesa entraram em declínio praticamente até aos nossos dias.<sup>1</sup> Processos migratórios internos e externos, a democratização e o desenvolvimento da sociedade portuguesa, a adesão à União Europeia e as consequências daí decorrentes, determinaram caminhos divergentes para a agricultura, a sociedade e o espaço rural (Baptista, 2001): declínio da agricultura e da população rural; novas utilizações do espaço rural; dissociação da população rural e do espaço rural; interpenetração do rural e urbano.

Estas transformações não foram exclusivas do território nacional e seguiram de perto as transformações da própria política agrícola comum (PAC) da União Europeia. Assim, nas reformas mais recentes da PAC, as políticas e medidas para o mundo rural passaram a desenvolver-se segundo uma perspetiva integrada e multisectorial, assentes nas realidades locais, nas quais o reforço das economias locais passou a contemplar, também, o rural não agrícola.

Entre outras leituras, esta crescente preocupação pelo local pode ser vista como uma reação à massificação, decorrente dos processos de globalização económica e cultural a que temos vindo a assistir. De facto, o aumento do rendimento disponível das famílias, o incremento dos tempos de lazer, a maior facilidade na organização de viagens, etc., tem intensificado a procura de serviços turísticos um pouco por todo o mundo. Num contexto de “turistificação” das sociedades é natural que surjam segmentos de mercado mais especializados, em busca do que é cultural, natural, exótico ou simplesmente diferente. Neste âmbito, o “glocal”, ou seja, recursos e serviços de âmbito local oferecidos a nível global, está na moda.

É neste contexto que decidimos escolher o tema “Interpretação do Património Rural” para a lição a proferir no âmbito da prestação de provas públicas para atribuição do título académico de *agregação* pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

O presente texto constitui o documento escrito que serve de suporte à referida lição e inclui aspetos de natureza pedagógica, didática e científica. Assim, depois desta introdução (ponto 1), são referidas umas breves considerações sobre o enquadramento, estrutura e fundamentação curricular do tema da lição (ponto 2), onde se justificam as opções pedagógicas e didáticas adotadas.

Segue-se um sumário desenvolvido com os conteúdos programáticos da lição (ponto 3), onde se encontra a fundamentação científica para a escolha dos conteúdos e das opções teóricas e técnicas apresentadas. Neste ponto serão abordando os temas centrais da lição, a saber: a necessidade e utilidade da interpretação do património rural; o conceito de interpretação; infraestruturas interpretativas; meios, técnicas e instrumentos de interpretação; interpretação e desenvolvimento rural.

No ponto 4, monitorização e avaliação da aprendizagem, são explicitadas e justificadas as competências e objetivos de aprendizagem, bem como os métodos de avaliação previstos para o efeito. O texto termina com a apresentação dos recursos pedagógicos e

---

<sup>1</sup> Algumas passagens do presente texto, neste e em alguns dos pontos seguintes, foram adaptados de outros escritos anteriores do autor, elaborados para fins diversos.

didáticos utilizados nas aulas, bem como a respetiva bibliografia (ponto 5). Esta bibliografia encontra-se dividida em bibliografia de apoio à lição, constituído por material básico de estudo, e por bibliografia complementar, a qual pretende suportar investigações ulteriores ou o desenvolvimento de trabalhos escolares.

## 2. ENQUADRAMENTO, ESTRUTURA E FUNDAMENTAÇÃO DO TEMA DA LIÇÃO

Em termos processuais, a lição tem como objetivo cumprir os requisitos legais para a prestação de provas públicas de *agregação*. Tendo em conta o modelo destas provas, em especial no que diz respeito à apresentação de uma lição de síntese a proferir perante um júri de avaliação, consideramos que uma aula teórica expositiva será o modelo mais adequado. Contudo, tendo em conta a UC em que a aulas se insere, bem como o curso e o público-alvo a que a mesma se destina, haverá a preocupação de acrescentar uma componente mais prática ao tema em análise. Assim, na prática, a aula compreenderá três partes distintas: uma parte teórica expositiva, com a duração aproximada de 1 hora (a parte que integra as presentes provas); uma parte de discussão com cerca meia hora; uma ou mais visitas de campo. Pretende-se, assim, adotar técnicas pedagógicas mistas, com uma componente mais expositiva e mais centrada no docente e outra, com recurso a discussões e observações *in situ*, mais centrada no aluno e mais apelativa à sua participação ativa.

O modelo adotado pretende conciliar o objetivo académico a que a aula se destina (a prestação de provas académicas), com o objetivo pedagógico de uma lição inserido num curso do ensino superior politécnico, onde a aplicabilidade prática deverá ser um objetivo sempre presente.

A criação de uma Licenciatura em Ecoturismo na ESAC em 2001 e, mais tarde, o Mestrado com a mesma designação, em 2009, incentivou alguns docentes da Escola a adaptarem a sua formação de base às exigências dos currícula destes novos cursos.<sup>2</sup> Nesse sentido, o candidato frequentou e obteve um diploma de pós-graduação em Turismo Cultural pela Universidade de Barcelona, no qual estavam inseridas temáticas relacionadas com o turismo em espaço rural visto, sobretudo, numa perspetiva cultural.

Sob o ponto de vista pedagógico, o tema da lição foi escolhido de modo a dar resposta a necessidades de formação no curso de Mestrado em Ecoturismo (MET) lecionado na Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), mais precisamente na Unidade Curricular (UC) de Turismo em Espaço Rural (TER), a qual se situa no 2º semestre do ciclo de estudos. Trata-se de uma UC obrigatória deste curso, mas que pode ser adotada, como optativa, no plano de estudos de outros mestrados a decorrer na referida Escola, nomeadamente nos Mestrados de Agropecuária, Gestão Ambiental e Recursos Florestais. Pode também ser escolhida como unidade extra curricular por alunos de outros cursos ou outras escolas do Instituto Politécnico de Coimbra.

No contexto da UC, a importância do tema da lição é por demais evidente. A valorização do património cultural de âmbito rural aparece como uma estratégia relevante nos processos de desenvolvimento rural, um pouco por toda a Europa (Pérez, 2003) e também em Portugal. Em casos particulares, a conservação de um abrangente leque patrimonial, nomeadamente o edificado, as identidades culturais e os saber-fazer, constitui mesmo uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de vastas áreas rurais marginalizadas (Cordovil, 1997).

A ativação do património, através de infraestruturas e processos de interpretação, deve ser olhada segundo uma perspetiva horizontal, integrada, multisectorial e

---

<sup>2</sup> A Licenciatura em Ecoturismo da ESAC foi interrompida em 2014 e retomada no ano letivo de 2017/18 com a designação de Licenciatura de Turismo em Espaços Rurais e Naturais, em colaboração com a Escola Superior de Educação de Coimbra.

pluridisciplinar. Daqui resulta a necessidade de uma estratégia concertada entre os diversos atores locais, seja a própria populações e seus representantes legais, sejam associações de natureza diversa, de âmbito local ou rural. O turismo em espaço rural assume um papel relevante na conservação e gestão da diversidade das paisagens naturais, históricas e culturais, incluindo as aldeias e lugares, onde o património edificado, com os seus traços arquitetónicos próprios, são motivos de atracção turística (Cavaco, 1999: 44). Também o fenómeno da residência secundária, protagonizado por população urbana ou migrantes, é indutor de transformações sociais nos espaços rurais, gerando novas dinâmicas no seio da vida local (Castelo e Ferreira, 1991). O património é ainda utilizado para a reconstrução de identidades (Pérez, 2003), enquanto memória coletiva do povo (Menéres, 1987).

Em síntese, como recurso para o desenvolvimento das mais variadas atividades num contexto multifuncional e pluriativo, ou até mesmo enquanto documento histórico, como elemento identitário e diferenciador, o património pode ser utilizado para amenizar as fragilidades que afetam a atualidade do mundo rural português. Para tal o desenvolvimento de infraestruturas e processos de interpretação do património rural podem desempenhar um papel fundamental de intermediação entre visitantes e visitados, assim como permitir valorizar localmente esse mesmo património.

Neste contexto a lição pretende expor, de uma forma sintética, o conceito e os principais meios e instrumentos de interpretação que se aplicam em meios rurais. Por outras palavras, tendo em conta as transformações recentes na ocupação do espaço rural e nas transformações do modo de vida nestes territórios, procura-se estabelecer uma intermediação entre os visitantes e os visitados, assim como os objetos materiais e imateriais que povoam estes territórios.

### 3. SUMÁRIO DESENVOLVIDO E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO DA LIÇÃO

Neste ponto procede-se à apresentação dos conteúdos da lição, bem como à explicitação e fundamentação das opções científicas e técnicas adotadas. Para dar coerência entre os objetivos da lição e os modelos teóricos subjacentes, optou-se por apresentar os conteúdos programáticos sob a forma de um sumário desenvolvido da lição. Trata-se de um suporte escrito e, como tal, sem uma correspondência direta e inequívoca com o que virá a ser apresentado oralmente na aula, embora lhe sirva de suporte. Esta será apresentada com recurso a suporte digital (*PowerPoint*), com os apontamentos gráficos julgados adequados e que aqui se dispensam por não ser esse o objetivo deste sumário.

Para uma melhor compreensão dos conteúdos programáticos que se seguem, parte-se de princípio que os alunos dominam vários conceitos teóricos necessários, nomeadamente os conceitos de rural, cultura, património, turismo e outros com eles relacionados.

#### 3.1. Necessidade e vantagens da interpretação do património rural

As transformações recentes no espaço e na população rural, aliadas a novos tipos de procuras urbanas, tornou o espaço rural um local de consumo, levando ao desenvolvimentos de segmentos de turismo específicos, baseados no património cultural e ambiental. Considerando as diferentes visões que persistem entre urbanos e rurais sobre estes patrimónios, considera-se necessária e vantajosa a criação de infraestruturas de apoio à interpretação, como forma de estruturar a oferta turística, valorizar os recursos endógenos, aumentar a informação e educação dos visitantes e melhorar a aceitação dos visitados.

##### 3.1.1. *As transformações recentes do espaço e da população rural*

Portugal, e a generalidade dos países do Sul da Europa, conheceram nas últimas décadas profundas alterações no seu mundo rural. A ocupação do espaço destinado à agricultura atingiu o seu auge pelos anos 50 do século XX. Depois disso, a agricultura e a população agrícola portuguesa entraram em declínio praticamente até aos nossos dias. De uma forma geral, verificou-se a passagem de uma agricultura produtivista, onde o espaço agrícola se confundia com o espaço rural, para uma situação de multifuncionalidade, onde a agricultura perdeu o seu papel hegemónico.

Segundo Baptista (2010: 144 e seg.), os espaços rurais são hoje chamados a desempenhar cinco funções fundamentais: (1) produção agrícola; (2) produção florestal; (3) proteção ambiental e conservação da natureza, a par da valorização económica dos recursos naturais; (4) atividades territoriais, como caça, desporto, lazer, etc.; (5) atividades associadas à herança cultural, ou seja, o aproveitamento do património material e imaterial, nomeadamente quanto à sua valorização económica.

Também a população rural sofreu grandes mutações. Com os movimentos migratórios e a reorganização das economias locais, reconfiguram-se novos modelos de ocupação do espaço, onde a densidade populacional e as economias domésticas (em particular as fontes de rendimento dos agregados familiares) assumem um papel-chave na definição

do rural: o *rural urbano* (rural denso mais rural metropolitano) prevalece no litoral do continente português desde o Minho à península de Setúbal; o rural de transição assente na articulação com a *indústria e serviços* e o *rural agrícola* ocupam uma zona de transição que vai do Minho interior ao Vale do Tejo, mais o litoral do Algarve; o rural de *baixa densidade* ocupa todo o interior de Trás-os-Montes, Beiras, Alentejo e parte da serra Algarvia, com características particulares nas regiões norte, centro e sul (Baptista, 2010: 126-128 e Rolo e Cordovil, 2014).

Em todas estas categorias a população rural (população residente isolada e em aglomerados populacionais com menos de dois mil habitantes) tem diminuído de importância e distanciou-se da população ativa agrícola, quer no plano económico, quer no plano social. Contudo, no plano social, a influência da agricultura persiste na ocupação do espaço e na sociedade rural, muito para além da sua expressão económica (Baptista, 2010: 147 e seg.). Vários fenómenos explicam esta persistência: pelo lado da oferta, a pluriatividade da população agrícola, as relações familiares e a ligação recente com a terra de operários-agricultores; do lado da procura, as *novas procuras urbanas* reforçam a reconstrução de novas identidades culturais, baseadas na herança histórica e simbólica do rural. Todavia, o progressivo afastamento da população agrícola e rural do espaço rural em benefício do espaço urbano, quer em termos residenciais quer, sobretudo, nas práticas quotidianas, tem conduzido a um esvaziamento acentuado dos campos e das aldeias que os povoam. A rápida propagação dos fogos florestais que insistentemente deflagram no país é prova disso.

### 3.1.2. O rural como espaço de consumo

O turismo tornou-se uma importante indústria a nível mundial, tendo apresentado um crescimento contínuo em Portugal e no mundo. A procura de serviços turísticos tem vindo a ser estimulada, entre outros, pelos seguintes fatores: aumento do rendimento disponível das famílias; incremento dos tempos de lazer e das motivações para viajar; mudanças demográficas, sociais e tecnológicas; diversificação de destinos; crescente liberalização do sector do turismo e das atividades que lhe estão subjacentes.

Deste aumento da procura têm resultado novos produtos e novos destinos, podendo ser assinaladas algumas tendências gerais (Carvão, 2009): facilitação das viagens aérea (liberalização do transporte e companhias *low cost*); viagens “à medida” do cliente facilitadas pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e da Web 2.0; aumento relativo de turistas seniores, solteiros e famílias monoparentais; crescente consciência ambiental dos turistas, empresas e gestores de destinos; procura de complementaridade nas opções de viagens (e.g. praia complementada com atividades de Natureza); desenvolvimento de novos destinos e produtos, com acesso a produtos autênticos da cultura local; desenvolvimento de produtos *wellness*; procura de experiências que passam pela aquisição de novos conhecimentos; alterações no conceito de luxo, agora mais relacionado com algo único e exclusivo, mais no sentido do autêntico e genuíno do que da extravagância ou excentricidade.

É nestas tendências gerais do turismo que se pode enquadrar as designadas *novas procuras urbanas*, isto é, os processos de mudança e reorientação de práticas e comportamentos no domínio do consumo, emergentes ao nível de sectores cada vez mais alargados da população citadina (Ribeiro, 2000: 31), e direcionadas para o mundo rural, suas vivências e ambientes. Esta autora caracteriza estas novas procuras pelo

retorno e recuperação do que se perdeu, ou se suspeita ter-se perdido ou estar em vias de se perder, nas cidades e nos modos de vida urbanos: trata-se, entre outros, da natureza e da pureza das suas formas, das relações sociais e dos ritmos de vida humanizados, do sentido de pertença e das raízes, da genuinidade, da autenticidade e da originalidade, das tradições, dos usos e costumes, etc. (*Ibidem*: 34). Neste descritivo pode-se evidenciar duas linhas de orientação: uma vertente cultural relacionada com o mundo rural, suas tradições e modos de vida; outra vertente ligada ao conceito de *Natureza*, apontando para a designada *questão ambiental*, ou seja, o despertar para a importância das questões ambientais manifestadas transversalmente aos processos de aproveitamento dos recursos e aos modos de organização das sociedades.

### 3.1.3. O turismo no espaço rural

Em resultado destas transformações registou-se o desenvolvimento de segmentos específicos de turismo no espaço rural, entre os quais destacamos o designado turismo em espaço rural (TER), o turismo de natureza (TN) e as atividades de animação turística. Sempre ligados ao mundo rural, às suas vivências e aos patrimónios nele inseridos, estes produtos turísticos tem-se vindo a ajustar às novas procuras urbanas, quer no seu enquadramento legislativo, quer nas dinâmicas empresariais. Assim, a legislação do TER percorreu um longo caminho desde a sua criação (D-L. 256/1986, de 27 Agosto), até ao seu enquadramento na generalidade dos empreendimentos turísticos (D-L. 39/2008, de 7 de Março); também o TN alterou as suas formulações iniciais e adaptou-se às novas condições da procura (Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março); finalmente assistiu-se à proliferação de empresas de animação turística (D-L. 108/2009, de 15 de Maio), hoje muito ligadas aos desportos de natureza e ao turismo ativo.

Um dos pontos-chave que fundamenta todos estes tipos de turismo é a diferença que persiste entre o mundo rural e o mundo urbano. É certo que a generalização dos modos de vida e de consumo tem provocado uma erosão do modo de vida tradicional prevalente no mundo rural, tendo-se registado progressivamente o esbatimento da dicotomia cidade-campo. As transformações recentes do espaço rural conduziram, inevitavelmente, a um novo quadro de socialização das populações. Migrações internas, deslocações periódicas, segunda residência, *neo-rurais*, etc., são outros tantos fenómenos importantes para a construção deste novo quadro, agora muito marcado pela urbanidade. Mesmo as festividades locais perderam muitas vezes o seu carácter original, reinventando-se sob novas formas e adaptando-se às novas realidades culturais, sociais e económicas (Baptista, 2009). Assim, assistimos hoje a construções e reconstruções de realidades sociológicas no mundo rural, muitas vezes de uma forma independente da localização residencial dos indivíduos que nela participam.

Este novo quadro de inter-relação rural-urbano remete-nos para uma questão essencial nas novas sociabilidades do mundo rural: a forma como os de dentro (residentes tradicionais, novos residentes ou temporários) e os forâneos se relacionam entre si e com os diferentes tipos de património material e imaterial que prevalece no espaço rural. Visitantes/visitados, cidade/campo, urbano/rural, são equações que geram semelhanças, mas também diferenças e até conflitos, mais por diferentes formas de ocupação e apropriação do espaço e de gestão das respetivas economias, que por realidades sociológicas distintas (e.g. Reis, 2003; Nave, 2003).

Contudo, sejam quais forem as razões da sua origem, as diferenças persistem. Um exemplo destas diferenças são as visões e imaginários que cada um tem de si próprio e do outro. Assim, o rural é ainda um espaço utilitário para os rurais, o lugar onde vivem e produzem, enquanto se vem tornando um espaço estético para os urbanos, o lugar de lazer, a reserva cultural, ambiental e social. Em suma, o rural é visto, ao mesmo tempo, um lugar para viver e outro para visitar (Figueiredo, 2003).

Se outras razões não houvesse, as simples diferenças atrás assinaladas entre o mundo rural e o mundo urbano justificariam, só por si, a necessidade de formas e meios de interpretação do primeiro por parte dos que habitam no segundo.

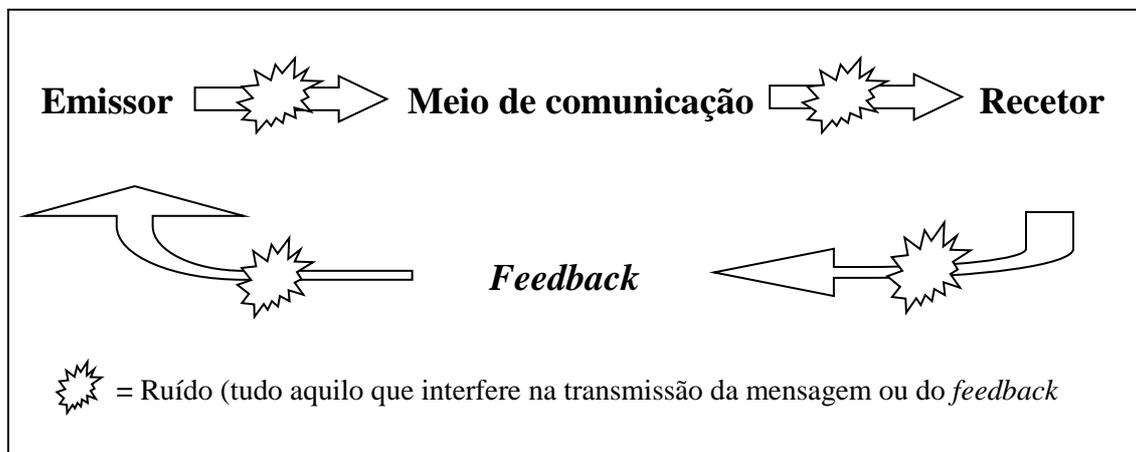
### 3.2. O conceito de interpretação

#### 3.2.1. Interpretação, comunicação e informação

A interpretação é, na sua essência, um processo de comunicação. Como tal, ela segue o esquema geral da comunicação que se apresenta na figura 1.

De entre os múltiplos significados da palavra interpretar (do latim *interpretare*), importa reter aqui três grandes grupos de utilizações: a interpretação em artes performativas (teatro, dança, música, etc.); a interpretação de línguas (traduzir ou verter de uma língua para outra); a interpretação de um ambiente ou de uma expressão cultural (onde se pode incluir o património).

**Figura 1:** Representação esquemática do processo de comunicação de uma mensagem



**Fonte:** elaboração própria.

Todos estes casos seguem o esquema geral da comunicação (figura 2). Contudo importa salientar que se trata de um esquema generalista e simplificador dos processos reais, geralmente mais complexos. Assim, por exemplo, consideramos neste esquema que, em termos comunicacionais, o emissor não é o criador de um objeto, mas antes o objeto em si mesmo. Ora isto é válido para objetos de interpretação sem criador específico, como o património natural, ou com criador desconhecido, como obras anónimas, mas já não o

será para bens culturais recentes, onde, por exemplo, o próprio autor da obra pode coincidir com o intérprete, como é o caso da execução ao vivo de obras da sua autoria. De qualquer modo, mantemos o objeto como agente emissor da comunicação porque, na maioria dos casos, os objetos podem transportar em si mesmo significados múltiplos, os quais podem ter interpretações e significados diferentes conforme o recetor em causa, independentemente da perspectiva e da vontade do seu criador.

Num outro registo, devemos salientar também que, em alguns casos, podemos considerar a interpretação como um duplo processo comunicacional (tal como foi representado na figura 1). De facto, na interpretação de uma língua ao vivo, por exemplo, o emissor comunica ao intérprete (recetor 1) que, por sua vez, comunica a outro indivíduo ou a um público (recetor 2).

Existem ainda outras diferenças que importa assinalar nos casos considerados, em particular no que diz respeito ao foco principal do processo de interpretação e na proatividade de cada um dos elementos que o constituem. Assim, nas artes performativas o foco de todo o processo centra-se no intérprete (o executante da peça de arte em causa), enquanto o público desempenha um papel passivo de simples assistente, o recetáculo da *performance*. O mesmo se passa no processo de interpretação linguística, em que o intérprete descodifica e torna inteligível uma língua ou um texto para o leitor ou ouvinte. Neste caso a subtileza e subjetividade é substituída pelo rigor do significado da palavra (escrita ou falada), centrando o foco do processo na comunicação, que se traduz, na prática, na passagem de informação de um interlocutor a outro. Já no caso da interpretação do património, o foco do processo centra-se no visitante, constituindo-se este como um sujeito ativo na busca de significados relativamente aos objetos em causa. É certo que a qualidade da informação vinculada pelos meios de comunicação é importante para o tipo de perceção que o sujeito fará do objeto, mas esta, à semelhança das artes performativas, será sempre feita de acordo com a personalidade e vivências do sujeito destinatário.

Em síntese, sendo embora um processo comunicacional, a interpretação pode ter vários significados e contextos, o que lhe permite uma diferenciação dos conceitos de comunicação e informação. Esta diferenciação será adiante mais detalhada.

**Figura 2:** *Diferentes contextos de utilização do conceito de interpretação*

<b>Contexto</b>	<b>Emissor</b> (quem ou aquilo que imite um significado)	<b>Meio de comunicação</b>	<b>Recetor</b> (sujeito/destinatário da interpretação)
Artes performativas	Peça de arte	Intérprete (ator, músico, bailarino, <i>performer</i> ...)	Público (assistente)
Línguas	Língua escrita ou falada	Intérprete (pessoal ou informático)	Indivíduo ou Público
Património	Objeto (material ou imaterial)	Meios de interpretação (diversos)	Público (visitante)

**Fonte:** elaboração própria.

### 3.2.2. *Conceito e objetivos da interpretação do património*

Os primeiros passos no desenvolvimento de práticas estruturadas sobre interpretação do património estiveram ligados à criação dos parques nacionais dos Estados Unidos da América (USA). Foi também um naturalista americano, Freeman Tilden que, em 1957,

primeiramente definiu e desenvolveu este conceito, descrevendo-o como “an educational activity which aims to reveal meanings and relationships through the use of original objects, by firsthand experience, and by illustrative media, rather than simply to communicate factual information” (Tilden, 1977: 8).

Tilden enumera ainda um conjunto de seis princípios gerais, que estão na base de todos os desenvolvimentos ulteriores do conceito (adaptação livre de Tilden, 2006):

- 1- Qualquer interpretação que não relacione o que está a ser interpretado com a personalidade ou experiência do visitante, torna-se estéril.
- 2- Informação, por si só, não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação, mas estas expressões têm significados diferentes. Contudo toda a interpretação inclui informação.
- 3- A interpretação é uma arte que combina outras artes, quer nos situemos nos domínios científico, histórico ou arquitetónico.
- 4- O objetivo principal da interpretação não é apenas a instrução, mas sim a provocação.
- 5- A interpretação deve apresentar o objeto como um todo e não um conjunto de parcelas sem conexão. Os temas devem relacionar-se entre si e enquadrados num esquema conceptual comum. Devem também ser dirigidos ao indivíduo como um todo e não apenas a uma das suas facetas.
- 6- A interpretação destinada a crianças (digamos até à idade de 12 anos) não deve ser uma simplificação da que foi pensada para os adultos, mas requer uma abordagem totalmente diferente, com adoção de um programa específico.

Muitas têm sido as definições de interpretação propostas individualmente por diversos autores, assim como por instituições e estruturas associativas diversas, como é o caso de várias instituições ligadas a parques e reservas naturais, sobretudo de países anglo-saxónicos, como por exemplo: *National Association for Interpretation (NAI)*; *Divisão de Bosques e parques de Massachusetts*; *Countryside Commission for Scotland*; *Countryside Commission for England*; *Queensland National Parks and Wildlife Service (Australia)*; *Peak National Park Study Centre (Grã-Bretanha)*. *Asociación para la interpretación de Patrimonio (AIP)*, etc.

Em todas as definições que foram surgindo, em que cada uma reforça um ou outro aspeto particular, foi-se acumulando a ideia de que a interpretação é um processo comunicacional que produz ligações emocionais e cognitivas entre os visitantes e os possíveis significados dos recursos visitados. Ela pressupõe uma arte de comunicar, isto é, a criação de formas imaginativas de provocar, relacionar e revelar significados de objetos observados *in situ*. Tudo isto desenvolvido num ambiente de lazer, de desfrute, sem pressas ou preocupações.

Na medida em que o visitante compreende em profundidade o objeto ou o sítio que visita, estabelece com ele sentimentos de apreciação e estima, conduzindo ao desejo e, eventualmente, a ações de proteção do mesmo. Deste modo a interpretação tem seguido caminhos conducentes à proteção ambiental, à salvaguarda dos bens culturais e a todas as formas de conservação da natureza e do património cultural e natural.

Os processos interpretativos têm sido aplicados nas mais diversas situações, quer em espaços culturais, como museus, monumentos, edifícios, sítios históricos e arqueológicos, vilas, cidades, etc., como a espaços naturais, como parques nacionais e naturais, geossítios, paisagens, sítios notáveis, entre outros, e ainda a jardins botânicos, jardins zoológicos, aquários ou planetários.

Em termos práticos, a interpretação produz efeitos benéficos para visitantes, visitados e para o próprio objeto interpretativo. Em termos gerais, a visitação pode ser feita no âmbito da prática turística, da ocupação dos tempos livres da população local ou ainda em contexto formativo (grupos escolares, por exemplo). Em todos estes casos os processos interpretativos aumentam a qualidade da experiência da visita e melhoram os processos educativos, na razão direta em que aproximam, em termos cognitivos, sensoriais e emocionais, o visitante dos recursos patrimoniais dos locais visitados.

Para os visitados esta aproximação pode aumentar as relações de identidade e pertença com o património em causa, contribuindo para a sua autoestima e bem-estar individual e coletivo. Por seu turno, ao lidar com o coração e a mente das pessoas, através das suas emoções, a interpretação pode desenvolver nelas uma afeição e sensibilização especial para as questões relacionadas com os monumentos, o espaço público, os sítios históricos, a natureza, a vida selvagem, enfim, com o ambiente que as rodeia. Esta maior sensibilização dos visitantes pode incutir-lhes uma maior preocupação com os mecanismos de salvaguarda do património, conduzindo a uma maior pressão social sobre os decisores políticos, levando à adoção de ações concretas para a conservação do património em causa.

Em síntese, a interpretação do património deve (Junta de Andalucía, s/d):

- Ser dirigida ao visitante do património (público em geral e públicos específicos, como crianças, jovens, seniores, incapacitados, etc.);
- Ser uma atividade livre e voluntária do visitante;
- Ter em conta o contexto recreativo em que se desenvolve (férias, tempos livres, etc.);
- Ser inspiradora, de forma a atingir o espírito do visitante;
- Estimular o uso dos sentidos;
- Ser provocadora e motivadora;
- Desenvolver a sugestão e a persuasão;
- Estimular uma participação ativa do visitante;
- Informar e orientar acerca de factos concretos;
- Estimular o sentido crítico;
- Veicular mensagens claras;
- Veicular mensagens breves;
- Revelar significados e inter-relações;
- Contribuir para a formação da cidadania dos indivíduos;
- Desenrolar-se, sempre que possível, na presença do objeto real ou no seu contexto;
- Produzir-se, preferencialmente, com recurso à interpretação pessoal (guias);
- Manter como meta a conservação do património objeto da interpretação;
- Ser considerada como um eficaz instrumento de gestão do património.

### **3.3. Meios, técnicas e instrumentos de interpretação do património**

Nos processos cognitivos, o conceito de *meio* pode ser entendido a partir da interação entre sujeito e objeto, na perspetiva de Jean Piaget (Sanchis e Mahfoud, 2007), ou através das relações entre o indivíduo e a sociedade, segundo a visão de Norbert Elias (Elias, 1939). De uma forma sucinta, o *meio* é tudo aquilo que se interpõe entre sujeito e objeto ou entre indivíduo e sociedade. Sendo assim, *meio de interpretação do património* é todo o sistema geral que se interpõe entre o sujeito (turista ou visitante) e o objeto de interpretação (património). Neste âmbito, o património pode ser natural ou cultural e, dentro deste, material ou imaterial.

Entre outros critérios de classificação, os *meios de interpretação* mais usuais podem agrupar-se nas seguintes categorias: Interpretação ao vivo (baseada na comunicação pessoal), textos e publicações, meios baseados no *design* e meios audiovisuais (figura 3).

Entendemos aqui por *técnica* um conjunto de regras, normas ou procedimentos, utilizados de forma sistemática, como forma de atingir um determinado objetivo. Utilizado tanto na ciência como na arte, o conceito de técnica pressupõe uma uniformidade de resultados, ou seja, em situações semelhantes, determinados procedimentos técnicos produzem efeitos ou resultados idênticos. Deste modo, trata-se de uma sistematização de um conjunto de ações a desenvolver ou de formas de atuar. Nesta aceção, a tecnologia será o conjunto de saberes associados a uma ou a um conjunto de técnicas, nomeadamente os vários usos que se podem fazer das mesmas.

A interpretação lança mão a um conjunto de técnicas diversificadas de forma a atingir os seus objetivos. Habitualmente, a técnica requer o uso de ferramentas e conhecimentos bastante variados, os quais podem ser tanto físicos como intelectuais. Neste contexto usaremos a expressão *instrumentos de interpretação* para designar estas ferramentas.

Em síntese, os *meios de interpretação* é todo o sistema geral de comunicação que se interpõe entre o sujeito e o objeto de interpretação; uma *técnica de interpretação* é um conjunto de procedimentos e instrumentos usados em cada uma das tipologias de meios de interpretação, ou seja, é um conjunto organizado e estruturado de instrumentos de interpretação; Os *instrumentos de interpretação* são as ferramentas utilizadas nas diferentes técnicas de interpretação (figura 3). Em situações reais é frequente a combinação de vários instrumentos, técnicas ou meios de interpretação, de forma a alcançar e enriquecer o objetivo da interpretação.

**Figura 3:** *Relação entre meios, técnicas e instrumentos de interpretação*

<b>Meios</b>	<b>Técnicas (exemplos)</b>	<b>Instrumentos (exemplos)</b>
Interpretação ao vivo (comunicação pessoal)	Visitas guiadas, representações teatrais, festas, eventos, <i>ateliers</i> , atividades didáticas, etc.	Linguagem, linguagem gestual, mímica, dança, expressão corporal, postura corporal, demonstração prática, etc.
Textos e publicações	Livros, guias de campo (edições), brochuras, desdobráveis, panfletos, etc.	Texto, cor, sinais gráficos, imagens, ilustrações, quadros, tabelas, etc.
Meios baseados no <i>design</i>	Sinalética, painéis informativos, letreiros, modelos, maquetes, cenários, reproduções, reconstruções, exposições, etc.	Sinais gráficos, texto, imagens, fotografia, desenhos, esquemas, material diverso.
Audiovisuais	Audioguias, vídeos, diaporamas, filmes, montagens audiovisuais, experiências interativas, painéis interativos, etc.	Movimento, luz, som, ruído, cheiro, calor, eletromagnetismo, eletricidade, música, imagens, fotografia, hologramas, programas informáticos ( <i>software</i> ), etc.

**Fonte:** elaboração própria.

### 3.4. Infraestruturas de suporte à interpretação

#### 3.4.1. Do museu ao ecomuseu

Na sua formulação clássica, a noção de museu nasce do gosto pela conservação de objetos raros ou antigos por figuras proeminentes da sociedade, dando origem a coleções particulares. É ainda neste contexto de colecionismo que nascem os grandes museus dos séc. XVIII e XIX, como instituições culturais a quem compete preservar, estudar, expor e divulgar as coleções que têm à sua guarda. Desta forma, os museus têm, na sua génese, uma função de guardiães do conhecimento associado à arte, à ciência, à história natural e humana, conservando objetos, por vezes únicos, para a compreensão do Homem e do mundo que o rodeia. Tratava-se, por conseguinte, de instituições voltadas para um público especializado e culturalmente esclarecido e afastadas da sociedade em geral.

Com a democratização das sociedades ao longo do séc. XX, e em particular depois da 2ª Grande Guerra, surgiram novas formas de encarar a museologia, começando a surgir, neste âmbito, várias propostas conceptuais inovadoras, como sejam a “ecomuseologia”, a “sociomuseologia”, museologia popular, ativa, comunitária, etc. Nestes contextos surgiram também novas tipologias de museus, como os museus-espetáculo, ecomuseus, museus locais, territoriais, integrais, municipais, vivos, comunitários, etc. Todas estas propostas destinam-se a desenvolver aspetos parcelares da museologia, enfatizando uma ou outra característica ligada ao objeto museológico, à instituição ou ao território onde esta está inserida.

Com vista a uma generalização destes novos conceitos e tipologias, surgiu um movimento internacional a que se convencionou chamar de “Nova Museologia”, que culminou na Declaração do Quebec, em 1984, onde se defendeu uma nova museologia mais voltada para a sociedade e para o seu desenvolvimento. Segundo esta nova corrente, o museu passa a ser uma instituição voltada para o público, alargando a sua função social e cultural e com uma gestão mais voltada para uma perspetiva de mercado. Trata-se de um amplo movimento, ainda em curso, de carácter teórico e metodológico, que pretende abarcar todas as derivações parcelares da museologia tradicional. Nesta nova lógica o museu passa a ser “uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2015).

A nova museologia veio introduzir uma nova dicotomia entre o museu tradicional *versus* museu contemporâneo. Simplificando esta discussão, Avelar (2015: 51), associa ao “museu tradicional”: as coleções privadas, preciosas, exóticas; as estruturas arquitetónicas complexas e majestosas; o cunho educador, civilizador, disciplinador; o público restrito, distante, passivo; a atitude de preservação e difusão frente ao património; a valorização do passado; a afirmação da identidade da nação por meio de representações absolutistas e excludentes; as grandes narrativas; a supressão da tensão e do conflito; a restrição de campos disciplinares; o carácter autoritário; o foco na contemplação; o congelamento e a perenidade. Ao “museu contemporâneo”, por outro lado, seriam associados: as coleções heterogéneas; a delimitação de áreas de influência e o forte vínculo ao território; a aproximação com o ambiente natural; a perceção do

indivíduo como sujeito ativo, produtor, colaborador; a atitude face ao património de mantê-lo vivo e atual; a valorização do presente, do cotidiano; a afirmação de identidades diversas e dinâmicas; as pequenas narrativas; a exposição da tensão e do conflito; a interdisciplinaridade; o caráter democrático; o foco na experiência; a mutação e a transitoriedade. Em síntese, em contraponto ao conceito clássico de “coleção, edifício, público”, contrapõe-se as noções de “património, território, comunidade”, as quais passam a ser as novas bases do museu.

Porém, esta dicotomia tende a desvanecer-se face à adoção de distintas posturas no âmbito da nova museologia, as quais tendem a seguir, na prática, dois caminhos distintos: por um lado, a reestruturação dos museus clássicos já existentes; por outro lado, a criação de novas tipologias de museus. Assim, grande parte dos museus clássicos adotaram novas práticas e metodologias características da nova museologia. Abriram-se à sociedade, com mais ou menos intensidade, flexibilizaram horários e passaram a prestar serviços diversos, que vão ao encontro das necessidades do visitante e que complementam as práticas de visitação. Por outro lado, embora a coleção continue a ser o fulcro do museu, continuando-se a preservar os mesmos objetos necessários à compreensão do Homem e do mundo que o rodeia, ela assume agora uma função de ligação ao visitante. Nesta nova função, os objetos museológicos deixam de ser um fim em si mesmo, passando a desempenhar um novo papel de comunicação com o público, revelando significados que lhe estão adjacentes (Hernández, 1998). Para tal são usados meios de informação e comunicação adequados, aproximando o objeto museológico do público visitante. O “novo” museu reflete, assim, uma instituição dinâmica, voltada para a sociedade, “balançando entre a conservação e a educação, entre o objeto e o sujeito, entre a imobilidade e a ação” (Martínez, 2006: 277).

Entre as novas tipologias de museu, destacamos aqui a noção de *ecomuseu*, sobretudo pela sua ligação ao território e ao conceito de interpretação, bem como a sua implantação no mundo rural português. Conceptualmente, o ecomuseu situa-se no extremo das conceções da nova museologia. Aqui, o objeto museológico deixa de traduzir aspetos parcelares da vivência humana, para passar a ser a própria vivência humana, na sua globalidade e no seu meio envolvente. Assim, o território deixa de ser visto como o espaço onde se localiza o museu, para passar a ser, ele o próprio, o objeto museológico. O ecomuseu assume-se, então, como um elemento ativo no desenvolvimento da região onde se insere, constituindo um elemento chave da estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável do território. Ele pressupõe um forte envolvimento de populações e instituições locais no processo de desenvolvimento, através da valorização dos diversos tipos de património existentes, sejam eles relacionados com os recursos naturais endógenos ou dos valores culturais identitários da região. Nas próprias palavras do seu criador o ecomuseu é “um espelho onde a população se contempla, para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com a das populações que a precederam, da descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que a população mostra aos seus hóspedes para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade” (Rivière, 1989: 142).

Em síntese, podemos traçar uma linha de gradiente contínuo entre dois extremos opostos: de um lado o museu clássico, centrado nas coleções e nos objetos museológicos; no extremo oposto teremos o ecomuseu (ou os museus contemporâneos em geral), completamente aberto ao território e à sociedade que o constitui. Podemos então posicionar cada museu em concreto sobre esta linha, variando o seu

posicionamento conforme o grau de adoção dos princípios relativos à nova museologia, ou seja, conforme o seu grau de abertura ao território e à sociedade onde está inserido.

### **3.4.2. Do ecomuseu ao centro de interpretação**

Como se viu anteriormente, na museologia clássica o foco das atividades centra-se na guarda, preservação, estudo e exposição dos objetos museológicos (obras de arte, peças raras, peças únicas...), pelo que se torna secundário a comunicação dos objetos. Neste caso, os objetos expostos comunicam por si próprios, sendo normalmente associada informação apenas sobre a designação da peça, autor e ano de criação.

No contexto da nova museologia, a abertura à sociedade e ao mercado implica obrigatoriamente um conjunto diversificado de atividades, com vista a uma maior atratividade do museu e das suas peças, bem como a captação de um público cada vez mais vasto. Museografias mais cuidadas, rotação de acervo, exposições temporárias, visitas guiadas, painéis informativos, desdobráveis, panfletos, etc. pululam hoje na maioria dos museus que visitamos. Por outras palavras, os “novos” museus utilizam com frequência meios, técnicas e instrumentos de interpretação do património à sua guarda, de forma a melhorarem a sua inserção na sociedade e no território em que se encontram.

Por maioria de razões, ecomuseus e processos de interpretação encontram-se umbilicalmente ligados. De facto, muito dificilmente os territórios, com as suas vivências e dinâmicas, podem ser apreendidos de forma imediata pela simples observação dos seus visitantes (*vide* 3.1.3, sobre as diferentes visões do património dos rurais e dos urbanos). Daqui resulta a necessidade de criação de meios de interpretação adequados a cada caso concreto e capazes de tornar inteligível o que não é evidente por simples observação direta. É por esta razão que os ecomuseus se encontram estruturados com base em instalações de apoio à visita, como sejam os centros de acolhimento de visitantes, centros de interpretação e outras designações do género.

Os centros de interpretação são, assim, estruturas de suporte à interpretação, onde se conjugam, de forma mais ou menos complexa, meios, técnicas e instrumentos de interpretação, com características e formatos diversos. Paralelamente, coexistem nestes centros diversos serviços de apoio à visita, como seja a restauração, raramente hospedagem, serviços de higiene, lazer, entre outros. Dentro desta categoria conceptual podemos encontrar, na prática, várias designações, como sejam: centro de visitantes, centro de informação, centro de receção, centro de natureza, escola de natureza, exposição, museu, etc.

Com o desenvolvimento do turismo proliferam centros de interpretação de diversos tipos e formatos, quer para a interpretação do património natural, quer para o património cultural. Ademais, assistimos hoje a uma promiscuidade nas designações de museus e centros de interpretação, sendo frequente encontrar museus que conceptualmente são centros de interpretação (ex. museu do vinho da Bairrada ou museu do quartzo em Viseu), assim como centros de interpretação com secções ou salas de exposição de peças museológicas (ex. centro de interpretação do convento de S.ta Clara-a-Velha, Coimbra). Alguns exemplos destes casos serão observados nas visitas de campo complementares à lição.

### 3.4.3. Trilhos, rotas, itinerários e circuitos interpretativos

Para além dos centros de interpretação, existem muitas outras infraestruturas que servem de apoio à visitação e que concentram vários instrumentos de interpretação ao serviço dos visitantes. Estas infraestruturas podem ir de simples trilhos ou percursos pedestres, traçados e assinalados na natureza, até circuitos organizados para grandes grupos de turistas.

Um *trilho*, ou *percurso pedestre*, é um caminho, geralmente em meios rurais ou naturais, que normalmente se encontra sinalizado com marcas e códigos aceites e reconhecidos internacionalmente. Em Portugal, existem percursos designados *pequena rota*, que não excedem os 30 km ou menos de um dia de percurso, sinalizados a amarelo e vermelho; as *grandes rotas* têm mais de 30 km de extensão e são sinalizados a branco e vermelho; existem ainda *percursos locais*, em que a maioria ou mesmo a totalidade do percurso situa-se em ambiente urbano, sendo sinalizados a verde e branco. A nível europeu existem ainda Trilhos Europeus de Grande Rota, que fazem um percurso em torno de um local ou zona particularmente interessante, como por exemplo o *Tour du Mont Blanc*, com 170 km, ou percorrendo e permitindo a descoberta de vastas regiões ou países, como a *grande rota europeia E-3* que liga Ártánd, na Turquia, a Santiago de Compostela. Encontram-se homologadas atualmente 11 grandes rotas europeias.

Os trilhos podem ser utilizados para diversas atividades de caminhada ou corrida, nomeadamente para pedestrianismo, orientação, montanhismo ou *peddy-paper*. Contudo, existem também trilhos de fins múltiplos (ex. ciclovias), onde o pedestrianismo pode coexistir com passeios de bicicleta, BTT ou a cavalo, ou mesmo circuitos abertos a veículos motorizados.

As *rotas temáticas* são circuitos que unem pontos prefixados (os aderentes da rota), que desenvolvem atividades relacionadas com o tema que define a rota. Podemos assim visitar aderentes das diversas rotas de vinhos, dos castelos de Portugal, do românico, do gótico, etc.

*Itinerários, circuitos ou roteiros turísticos*, são viagens organizadas para destinos turísticos onde predominam elementos relevantes de cultura, de história ou da natureza, com possibilidades de atrair e seduzir os turistas.

Todos os casos considerados baseiam-se na visitação de um espaço ou local, onde, no próprio local ou no percurso, se adotam instrumentos e técnicas de interpretação para cativar a atenção do visitante e tornar mais educativa e aprazível a visitação. As técnicas interpretativas mais usuais no conjunto destas atividades são o recurso a guias especializados, audioguias, sinalética e painéis informativos.

## 3.5. Interpretação e desenvolvimento rural

### 3.5.1 O património rural como objeto de interpretação

No âmbito dos espaços rurais, os tipos de património que podem ser usados nos processos de interpretação é muito variado. Salientemos aqui os que nos parecem mais importantes:

*i) Património edificado: habitação e património industrial de âmbito rural*

O património edificado constitui uma das manifestações mais relevantes da cultura em contexto rural. Quer a habitação rural, quer as construções conexas, a maioria das vezes relacionadas com a atividade agrícola, expressam claramente uma tripla adaptação: às condições edafoclimáticas da região onde se inserem; às condições de vida e de trabalho do tempo em que foram edificadas; à abundância local dos materiais de construção adotados. Foram essencialmente estes os condicionalismos que moldaram a diversidade arquitetónica das paisagens rurais, muito fruto de um tempo em que a atividade agrícola constituía o centro de toda a vida rural.

Nas décadas mais recentes, uma parte muito significativa das construções rurais perderam a sua utilidade inicial, ou tornaram-se obsoletas face às exigências do tempo atual. Depositária de uma forte memória identitária *intra* e intergeracional, a arquitetura rural constitui hoje uma importante matéria-prima para a reconstrução de espaços de memória e novas utilizações do espaço rural.

*ii) Património natural e paisagístico*

A consciencialização ambiental por parte de camadas cada vez mais alargadas da população, a que não é alheio a aposta que se vem fazendo em programas de *educação ambiental*, sobretudo nas camadas mais jovens, tem contribuído para a formulação de diversas políticas públicas nesta matéria. A necessidade da gestão do *património natural*, nas suas diferentes formas, levou à criação em Portugal de uma rede nacional de áreas protegidas, que ocupa hoje 8,2% do território, ao que se veio juntar a *Rede Natura 2000* (17,7% do território, mas com algumas áreas sobrepostas às anteriores), em resultado da aplicação a Portugal das Diretivas Europeias das Aves e dos *Habitats*. Mais recentemente, e no âmbito de uma rede internacional criada sob os auspícios da UNESCO, foram criados em Portugal os designados *geoparques* (Naturtejo, Arouca e Açores) que, à semelhança da proteção da fauna e flora da rede nacional de áreas protegidas, têm por objetivo a proteção, valorização e dinamização do património geológico de exceção de relevância a nível internacional.

Fora das áreas protegidas, outros patrimónios paisagísticos são relevantes e carecem de valorização e proteção. No que se refere às paisagens humanizadas mais importantes, elas têm vindo a ser protegidas e valorizadas através da sua classificação como património mundial (Sintra, Alto Douro Vinhateiro e vinha da Ilha do Pico) ou, mais indiretamente, pela aplicação de diversos instrumentos de gestão territorial no âmbito do ordenamento do território, como os Planos Sectoriais, Especiais, Regionais, Intermunicipais e Municipais, de acordo com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT), bem como as suas condicionantes impostas pela Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública. Em casos particulares, paisagens culturais relevantes podem ser objeto de uma gestão e valorização conjunta, como nos *parques patrimoniais*, de que é exemplo o projeto do Parque Patrimonial do Mondego (Martins, 2010).

*iii) Património imaterial baseado em produtos do território*

É vasto o património baseado nos produtos agrícola com forte ligação ao território, quer sejam consumidos em natureza, como frutas e legumes, transformados, como os queijos, enchidos e vinhos (segmento *off trade*), ou ainda com serviços associados, como o caso genérico da gastronomia e vinhos (segmento *on trade* ou canal *HORECA*). O que importa aqui relevar, não é tanto o produto em si mesmo, mas antes a sua ligação

ao território, a sua especificidade e identidade, os saberes associados, a tradição, enfim... o património cultural imaterial associado a estes produtos.

A criação na União Europeia de um sistema de certificação territorial específico, baseado em Denominações de Origem Protegidas (DOP), Indicações Geográficas Protegidas (IGP) e Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG), permitiu o a valorização de muitos produtos endógenos. Trata-se de uma estratégia de diversificação do rural dentro do próprio sector agrícola, uma alternativa à lógica produtivista da agricultura e uma alternativa para a sua competitividade (Tibério & Cristóvão, 2001). Pela relação harmoniosa com o ambiente e pelo valor simbólico a eles associado, a estes produtos regionais de qualidade está associada a ideia de produtos saudáveis e sabores puros, tornando-os assim mais apelativos aos olhos da sociedade urbana (Dinis, 1999).

Menos diretamente ligado ao sector agrícola, mas ainda assim fortemente ligada ao território, a gastronomia, na sua vertente tradicional e regional, constitui hoje um valioso património imaterial, a maioria das vezes intimamente ligada aos vinhos e outros produtos de origem vínica.

#### *iv) Património imaterial baseado em práticas sociais*

Este tipo de património baseia-se essencialmente numa realidade histórica assente em *sociabilidades comunitárias*, onde prevalecia o conhecimento interpessoal, a partilha da esfera privada, o peso das redes familiares e das redes de interdependência, em oposição às *sociabilidades de associação*, prevalentes nos meios urbanos, onde as relações interpessoais se centram predominantemente na esfera pública e se organizam em torno de interesses utilitários (Baptista, 2010: 183). Esta relação entre dois tipos de sociabilidades, que caracterizavam dois tipos de espaço distintos, campo *versus* cidade, foi posta em causa pelas transformações do rural, conduzindo ao esbatimento das diferenças culturais entre estes dois espaços. Hoje em dia, “A designação de rural não remete, assim, para qualquer especificidade sociológica”, remete apenas para a “identificação de um espaço sociopolítico, decorrente de um padrão de povoamento, que se dissemina pelo espaço e que se pretende ler como uma unidade” (*ibidem*: 184).

Estas transformações não diluem, contudo, o legado patrimonial das sociabilidades rurais. Assim, novas questões se colocam nesta matéria: a compreensão da natureza das sociabilidades rurais que se perderam num passado recente ou estão em vias de se perder (o património imaterial); a forma como os diferentes segmentos da população atual (residentes, visitantes, etc.) se relacionam entre si e com esse património; novas sociabilidades rurais; novas formas de associação e outros contributos diversos para o desenvolvimento local.

É neste contexto que proliferam hoje museus de etnologia e etnografia de âmbito nacional, regional e local, ecomuseus, coleções particulares ou simples peças de decoração em casas particulares ou alojamento turístico em espaço rural. Trata-se de exemplos concretos de uma espécie de febre conservacionista de um passado rural recente e ainda vivo na memória de muita gente. Estas coleções etnográficas, a que se podem juntar também os grupos etnográficos de danças e cantares, constituem hoje o testemunho material dos modos de vida, num tempo em que a agricultura dominava o espaço e a população rural. Também o artesanato regional, outrora um instrumento do quotidiano, tornou-se agora elemento decorativo ou objeto de coleção. Contos populares, crenças e tradições, medicina popular, festividades cíclicas e tantas outras manifestações de cultura popular, estudadas e caracterizadas pelos grandes etnógrafos portugueses (Adolfo Coelho, J. Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, Ernesto Veiga de

Oliveira, e tantos outros), completam os principais testemunhos da etnografia portuguesa.

### 3.5.2. A interpretação e a valorização económica do património

Tendo em conta a multifuncionalidade dos espaços rurais, um dos desafios que se coloca hoje ao desenvolvimento rural é a questão de saber como se valoriza o património rural e quem se apropria desse valor. Esta questão insere-se numa questão mais vasta de *valoração* (atribuição de valor económico) e *valorização* (captura do valor pelos agentes económicos) dos serviços dos ecossistemas (Madureira *et al.*, 2013: 26 e seg.). Para os bens e serviços para os quais existe mercado, como no caso dos alimentos, madeira ou outras produções agroflorestais, o preço de mercado é um bom indicador do seu valor. No entanto, são numerosos os serviços, nomeadamente, os de regulação dos ecossistemas e os culturais, que não se transacionam em mercados convencionais. Trata-se de bens e serviços cujo valor económico não é capturado pelo mercado, devido à ausência de direitos de propriedade bem definidos. Para estes casos, designados de externalidades pela teoria económica (custos ou benefícios externos), o valor económico do serviço, ou seja, as variações no bem-estar humano resultantes de variações no seu nível de provisão, tem de ser obtido por métodos alternativos, genericamente designados por métodos de valoração para bens sem mercado. A valoração económica de custos e benefícios ambientais é uma área que se desenvolveu muito nas últimas três décadas, tendo-se mesmo desenvolvido um ramo específico da economia nesta área: a economia do ambiente e dos recursos naturais. A sua abordagem ultrapassa o âmbito desta aula.

O que mais importa aqui abordar é a questão da *valorização* do património, ou seja, saber como e quem se apropria do valor dos bens e serviços patrimoniais. De uma forma geral, a valorização do património pode ser feita: (i) pela *criação de mercados diretos* para cada um dos serviços em causa; (ii) pela *venda indireta* dos serviços em mercados de bens ou serviços relacionados; (iii) ou ainda pela implementação de *políticas públicas*.

A criação de *mercados diretos* (viável em produtos ou serviços transacionáveis ou sujeitos a exploração comercial), implica várias condicionantes, em particular a definição clara e fácil verificação dos serviços produzidos, dos seus produtores e consumidores, bem como a regulação do mercado por parte do Estado, de forma a possibilitar a formação de preços. Assim, esta via é plausível no caso dos bens privados, viável com mais ou menos dificuldade nos bens quase-públicos e geralmente inviável nos bens públicos puros.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Consideram-se amenidades de âmbito rural, o conjunto de características com atributos únicos, sejam naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos ou mesmo tradições culturais (OCDE, 1999 e 2002). Assim, seguindo a classificação da OCDE (2002) (i) são facilmente valorizáveis as amenidades naturais e culturais (tipo A1) que podem ser transacionadas (terrenos, palácios, moinhos, artesanato, etc.) ou exploradas comercialmente (museus, grutas naturais, danças e cantares, etc.), assim como as amenidades de uso direto (tipo A2), de que são exemplo os espaços e os recursos naturais para uso recreativo (floresta multifuncional, percursos, rios, caça, etc.); (ii) podem ser comercializáveis à escala territorial (tipo B), por exemplo, as paisagens assinaláveis, quer naturais (montanhas, dunas...), quer culturais (Douro); (iii) são dificilmente valorizáveis as paisagens correntes (naturais ou cultivadas) e o património rural corrente, como aldeias, animais ou plantas (tipo C1), bem como as amenidades ecológicas (tipo C2): espécies em vias de extinção, espaços de alto valor ecológico, etc.

No caso dos *mercados indiretos*, o valor do património é incorporado no preço de bens e serviços com ele relacionado, como é o caso dos produtos agrícolas regionais de qualidade (e.g. Dinis *et al.*, 2009 e 2011) ou, em certos casos, através do turismo e excursionismo (por exemplo, o preço do alojamento em regime de *turismo de habitação* incorpora, em parte, o valor patrimonial do edifício onde é praticado). Em ambos os casos, o valor do património tende a ser apropriado pelos seus gestores e conservadores, via preço do bem ou serviço relacionado.

Finalmente, no caso das *políticas públicas*, o Estado orienta as decisões dos agentes económicos e redistribui o rendimento, através de regulamentações específicas, de isenções fiscais, subsídios, impostos ou taxas.

Existem ainda formas integradas e estruturadas de valorização do conjunto de todos estes patrimónios ao nível territorial, embora não se trate propriamente de uma *venda indireta*, uma vez que não existe uma relação direta entre o valor do património específico e o respetivo serviço relacionado. Estamos a falar de diferentes formas de exploração do turismo (turismo em espaço rural, turismo de natureza, animação turística, etc.) e dos recursos silvestres (comercialização de atividades predatórias como caça, pesca e outros produtos silvestres). Nestes casos, os prestadores de serviços turísticos vendem alojamento, viagens, gastronomia, visitas, etc., mas beneficiam, indiretamente, de *externalidades positivas*, ou seja, das amenidades não valorizáveis, produzidas, conservadas e geridas por outrem (residentes no espaço rural, agricultores, Estado, etc.).

Como elemento-chave da visita, as atividades de interpretação estão associadas às várias formas de turismo no espaço rural, pelo que contribuem decisivamente para a valorização dos diversos tipos de património rural, através da criação de mercados diretos e indiretos. Por exemplo, no caso particular em que se restringe a visita e são criados serviços relacionados com a mesma, cria-se automaticamente um mercado direto onde estes serviços podem ser transacionados. Um caso típico desta situação é o que se passa em muitos parques naturais europeus, onde a visita interna se encontra vedada ao público em geral e é feita exclusivamente através de visitas guiadas e estruturadas pelo respetivo centro de interpretação, mediante o respetivo pagamento.

Existem igualmente mercados diretos (desde que sejam pagos) nos diversos serviços de interpretação prestados por guias e intérpretes particulares, museus, centros de interpretação, etc. O mesmo se passa com as visitas guiadas estruturadas em roteiros, itinerários ou circuitos turísticos, organizadas por agências de viagens e empresas turísticas de diversas tipologias.

### **3.5.3. A importância dos centros de interpretação ambiental**

Para dar uma ideia da importância dos centros de interpretação em Portugal, refere-se de seguida alguns dos resultados obtido num estudo realizado sobre centros de interpretação ambiental (CIA). Neste estudo foram inventariados 145 centros, tendo sido visitados e recolhida informação em 94, entre 2012 e 2014 (Morais, Ferreira e Benayas, 2015). O critério para a inventariação destes CIA foi a sua designação como centro de interpretação ou, não tendo esta designação, se comportavam como tal, seja pela sua natureza, localização, gestão, notícias ou simples indicação pessoal de visitantes. A principal preocupação do estudo foi compreender a vocação destes centros para o apoio a atividades turísticas com forte componente de educação ambiental e para

a valorização e proteção do património natural. Por esta razão não foram inventariados os centros mais vocacionados para a interpretação do património cultural, nomeadamente os museus, núcleos museológicos, exposições de âmbito cultural, etc.

Os CIA encontram-se distribuídos por todo o território nacional, com uma concentração mais elevada nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Neste último, os CIA constituem mesmo uma forte base de apoio a um turismo mais centrado nos recursos naturais das ilhas (figura 4).

**Figura 4:** *Distribuição e posicionamento dos centros de interpretação (CI) face ao território, população e atividade turística*

Região	Visitados	Não visitados	Total	CI/1000 km <sup>2</sup>	CI/milhão de habitantes	CI/milhão de hóspedes	CI/milhão de dormidas
Norte	21	12	33	1,5	8,9	11,0	6,3
Centro	24	10	34	1,2	14,6	15,2	8,5
Sul	15	20	35	0,9	8,7	4,1	1,3
Açores	22	7	29	12,5	117,5	84,0	26,3
Madeira	12	2	14	17,5	52,3	12,5	2,3
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>51</b>	<b>145</b>	--	--	--	--
Média das regiões	18,8	10,2	29,0	6,7	40,4	25,4	8,9
% do total	64,8	35,2	100,0	--	--	--	--

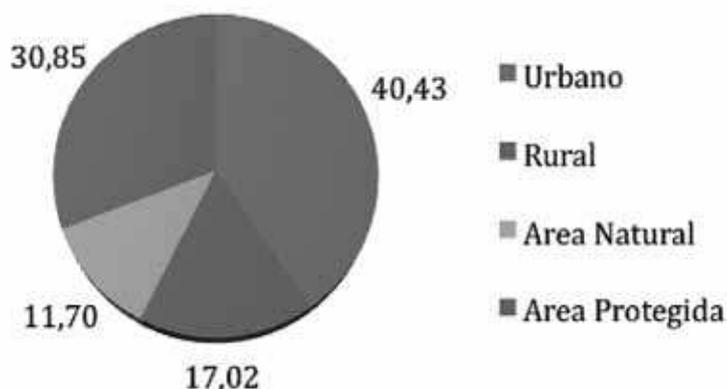
Fonte: Morais, Ferreira e Benayas, 2015.

Tendo em conta a forma como foram selecionados, os temas principais tratados nos CIA estão relacionados com temas ambientais ou baseados nos recursos naturais (figura 5). A maioria deles (cerca de 60%) estão localizados em espaços rurais ou naturais, o que vai ao encontro de uma dos princípios da interpretação que diz que esta deve ser feita, sempre que possível, na presença do objeto da interpretação. Ainda assim, é significativa a ligação dos CIA aos espaços de consumo, uma vez que cerca de 40% deles se encontram em centros urbanos (figura 6).

**Figura 5:** Tema principal tratado nos CIA

Tema Principal	% Centros visitados	% Centros não visitados n= 51	% Centros total n= 145
Biodiversidade	37,23	35,29	36,55
Geologia	12,77	9,80	11,72
Mundo Rural	15,96	5,88	12,41
Ambiente	19,15	41,18	26,90
Sociedade	9,57	7,84	8,97
Outros	5,32	0,00	3,45

Fonte: Morais, Ferreira e Benayas, 2015.

**Figura 6:** Localizações predominantes dos CIA (%)

Fonte: Morais, Ferreira e Benayas, 2015.

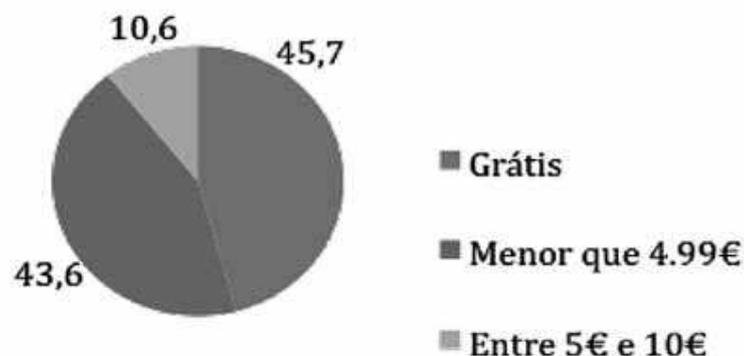
A utilização de guias, o meio interpretativo por excelência, é apanágio da maioria dos CIA, para a totalidade ou parte significativa dos visitantes. Contudo, é ainda significativo o número de CIA que não possuem este meio de interpretação (figura 7).

**Figura 7:** *Importância relativa das visitas guiadas nos CIA (%)*

Há visitas guiadas	
Nunca	25,5
Só por marcação	11,7
Só para grupos escolares	26,6
Sempre	28,7
S/infor.	7,5

Fonte: Moraes, Ferreira e Benayas, 2015.

Por último, podemos ter uma ideia da importância relativa dos CIA para a valorização dos recursos patrimoniais. Vimos anteriormente que estes centros poderiam ser gerenciadores de mercados diretos para os bens patrimoniais. Contudo, na prática, podemos ver que quase metade dos centros de interpretação ambiental têm visita gratuita e a maioria dos que são pagos têm valores inferiores a 5 euros (figura 8). Estes números significam que existe ainda um longo caminho a percorrer, até os turistas e visitantes estarem na disposição a pagar, efetivamente, pelos bens ambientais que usufruem.

**Figura 8:** *Valorização económica do património através dos CIA (%)*

Fonte: Moraes, Ferreira e Benayas, 2015.

Em síntese, embora o estudo tenha reconhecido a relevância do papel dos CIA na valorização das áreas naturais, foi igualmente detetado um reduzido planeamento e organização destes centros, quer ao nível de cada centro, quer entre os diferentes centros, nomeadamente no que diz respeito à falta de redes de ligação entre si.



## 4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

### 4.1. Competências a adquirir pelos alunos no processo de aprendizagem

O objetivo da presente lição é o desenvolvimento de competências específicas por parte dos alunos. Assim, depois da lição, pretende-se que o aluno fique capacitado para:

- Compreender a necessidade e vantagens da interpretação do património como forma de aumentar a proximidade entre visitantes, visitados e património rural e ambiental;
- Conhecer o conceito, princípios teóricos e principais meios de interpretação do património;
- Identificar técnicas e instrumentos de interpretação adequados a diversas situações em concreto;
- Identificar semelhanças e diferenças conceptuais entre interpretação e museologia;
- Caracterizar diferentes infraestruturas de suporte à interpretação;
- Compreender a importância da interpretação para o desenvolvimento rural, por via do turismo e de outros tipos de visitação dos espaços rurais.

### 4.2. Justificação e fundamentação das competências e objetivos de aprendizagem

De uma forma simplista, a pertinência do tema da aula poderia ser avaliada pela abundante bibliografia referente a algumas palavras-chave com ele relacionadas: espaço rural, património cultural, património natural, transição rural, turismo em espaço rural, turismo de natureza, interpretação, etc. Contudo, esta avaliação pode ser mais substantiva se adicionarmos mais três parâmetros de avaliação: *atualidade*, *relevância* e *adequação*.

A necessidade de compreender a perda de importância dos territórios rurais para a função de produzir alimentos ou matérias-primas e o reconhecimento de outras funções para o espaço rural é um assunto evidenciado por diversos autores e que tem marcado a agenda da política agrícola comum (PAC) da União Europeia (EU), pelo menos desde a sua reforma de 1992. Estes assuntos assumem particular *atualidade*, quando nos encontramos em plena aplicação do programa *Portugal 2020* e se discute já os futuros apoios institucionais.

Numa outra perspetiva, o turismo, e em particular o desenvolvido em espaços rurais e naturais, tem sido apresentado por autarcas e outros decisores políticos como instrumento fundamental para o desenvolvimento de muitos territórios periféricos, sem grandes recursos palpáveis que não o seu património natural e cultural. Embora a prática não tenha sido tão generosa como a intenção dos decisores, a realidade é que o turismo foi um dos sectores menos afetados pela crise económica e financeira de 2010-2013 e continua a registar taxas significativas de crescimento. Neste contexto, regiões inteiras fazem apostas importantes no desenvolvimento de novos produtos turísticos, tendo por base estratégias assentes na valorização do seu património natural e cultural. São exemplo maiores as estratégias que passam pelo reconhecimento internacional (UNESCO) de diferentes aspetos do património nacional de âmbito rural, como são os

casos da elevação à categoria de património da humanidade da Região Vinhateira do Alto Douro, a Paisagem Cultural de Sintra, a Paisagem da Cultura da Vinha na Ilha do Pico, a Laurissilva da Madeira, os sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa, e ainda os casos da Dieta Mediterrânica, partilhada com outros países, ou o Cante Alentejano. Em todos estes casos é fundamental o papel da interpretação do património.

É neste contexto que a questão do património rural e da sua interpretação assume a sua *relevância*, na medida que têm sido com base em processos de patrimonialização que se tem chegado à redescoberta, divulgação e valorização de alguns bens culturais perdidos, ou simplesmente esquecidos em recônditos de natureza social ou territorial.

Finalmente, a *adequação* do tema pode avaliar-se pela sua inserção na unidade curricular de Turismo em Espaços Rurais (TER), assim como no curso de Mestrado em Ecoturismo (MET), a que acima se fez referência. O património e a sua interpretação assumem-se aqui como recursos fundamentais para o *desenvolvimento sustentado*, quer ao nível local quer ao nível regional, com todas as consequências daí decorrentes: a planificação, implementação e gestão de ações e atividades que visem a perpetuidade das melhores condições ambientais, constituam uma base económica satisfatória para as populações envolvidas, promovam o seu bem-estar social e garantam a continuidade destas condições para as gerações futuras.

O tema da lição é ainda *adequado* na medida em que pode fazer a ligação a outras unidades curriculares do MET, em particular ao “Turismo Cultural”, “Unidades de Paisagem e Turismo”, “Gestão Ambiental e Sustentabilidade”, “Produtos Turístico” “Conservação da Natureza e Ecoturismo” e “Desportos de Natureza e Turismo Ativo”.

### **4.3. Explicitação e fundamentação dos métodos de monitorização e avaliação da aprendizagem**

Apesar da aula aqui sumariada tenha uma duração expositiva prevista de cerca de uma hora, as aulas previstas em contexto de sala de aula estão previstas para uma hora e trinta minutos. Assim, ao período expositivo segue-se um período de discussão com a participação ativa dos alunos.

A monitorização da aprendizagem pode então ser concretizada na própria sala de aula, aquando da participação interativa dos alunos no período de discussão, no final da exposição, assim como através das dúvidas explicitadas pelos alunos ao longo da exposição, as quais serão estimuladas por intervenção do docente. A avaliação da aprendizagem referente à presente lição insere-se no contexto mais vasto da avaliação dos objetivos de aprendizagem da globalidade da unidade curricular.

Neste contexto a monitorização e a avaliação da aprendizagem referente à lição compreende 3 processos distintos: i) a monitorização da aprendizagem através de uma discussão interativa no final da lição teórica; ii) a inclusão de uma questão de natureza teórica na avaliação sumativa final da componente teórica da UC; iii) a avaliação de relatórios referentes às visitas de campo a realizar no âmbito desta aula.

A fundamentação para esta escolha prende-se com a coerência geral que se pretende para a UC e para o curso, no sentido de conciliar a fundamentação teórica dos assuntos abordados com a sua utilização prática. Por outras palavras pretende-se, sempre que possível, incentivar a utilização prática dos conceitos discutidos.

## 5. BIBLIOGRAFIA E RECURSOS PEDAGÓGICOS E DIDÁTICOS

Os recursos pedagógicos e didáticos colocados à disposição dos alunos serão:

- i) Sumário desenvolvido do tema da lição. Este sumário será distribuído aos alunos em formato digital e insere-se num recurso didático mais geral, constituído pelos sumários desenvolvidos de todas as lições teóricas que fazem parte da UC.
- ii) Bibliografia de apoio à lição referente ao assunto específico da lição (ver ponto 5.1). Trata-se de bibliografia recomendada para uma compreensão adequada dos temas abordados. A maioria desta bibliografia está disponível na internet;
- iii) Bibliografia complementar. Esta bibliografia, que relaciona o assunto da lição com outros assuntos complementares (ver ponto 5.2), pretende apoiar os alunos em assuntos específicos do seu interesse, nomeadamente no desenvolvimento de trabalhos práticos ou no aprofundamento de aspetos específicos que despertaram a sua curiosidade ou interesse particular;

A relativamente extensa lista bibliográfica, nas suas diversas formas, justifica-se pela própria natureza do tema abordado na lição. De facto, a questão da interpretação, nomeadamente nas suas aplicações, é um assunto transversal a vários domínios científicos e, como tal, suscetíveis de diferentes abordagens e perspetivas. Segue-se as listagens da bibliografia selecionada.

### 5.1. Bibliografia de apoio à lição

- Babo, Elisa; Guerra, Paula (2005), As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso. Acedido a 1.02.2019 em: <http://repositorioberito.up.pt/bitstream/10216/53702/2/paulaguerrarelaes000119967.pdf>
- Duarte, A. (2013), Nova Museologia: os Pontapés de Saída de uma Abordagem ainda Inovadora. *Revista Museologia e Património*, 6 (1), 99-117.
- Gonçalves, J. (2002), *Passo-a-passo - Percursos Pedestres de Portugal*. Federação Portuguesa de Campismo, Instituto Nacional do Desporto, Lisboa.
- ICOM (2015), Definição: Museu. ICOM, Portugal. Acedido a 2.02.2019 em: <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>
- IRMA, S.L. (2006), *Interpretação da Natureza e do Meio Rural*. Programa Leonardo da Vinci, projeto inNature, Ed. ADRAT, Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega.
- Junta de Andalucía (s/d), La Interpretación del Patrimonio Natural y Cultural: todo un camino por recorrer. Junta de Andalucía, acedido em 7.02.2019 em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=2ahUK\\_EwjMq7--7angAhXITxUIHRd2BYUQFjACegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.unida.org.ar%2FBibliografia%2Fdocumentos%2FDesarrollo\\_Sustentable%2FGST%2Fmodulo5%2Fecoturismo%2FINPRETACION%2520DEL%2520PATRIMONIO%2520NATURA%2520Y%2520CULTURAL.doc&usq=AOvVaw0t1e4sXHG8qrJBXMIpbE0y](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=2ahUK_EwjMq7--7angAhXITxUIHRd2BYUQFjACegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.unida.org.ar%2FBibliografia%2Fdocumentos%2FDesarrollo_Sustentable%2FGST%2Fmodulo5%2Fecoturismo%2FINPRETACION%2520DEL%2520PATRIMONIO%2520NATURA%2520Y%2520CULTURAL.doc&usq=AOvVaw0t1e4sXHG8qrJBXMIpbE0y)

- Martín Piñol, C. (2012). El prodigio de los centros de interpretación: unos equipamientos con fecha de caducidad. *Her&Mus*, IV (1): 64–70.
- Martínez, J. G. (2006), *Dos Museologías. Las tradiciones anglosajona y mediterránea: diferencias y contactos*. Gijón, Ediciones Trea
- Morais, P.; Ferreira, A.D.; Benayas, J. (2015), Análise dos centros de interpretação ambiental portugueses. *AmbientalMENTE Sustentable*, I (19): 89-107
- Morales, J. (2001). *Guía práctica para la Interpretación del Patrimonio: el arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante* (2a ed.). Sevilla: Consejería de Cultura- Junta de Andalucía.
- Morales, J. (2006). Interpretación do Património (natural e cultural), unha disciplina para producir significados. *AmbientalMENTE Sustentable*, I (1-2), 209–220.
- Murta, S. M.; Albano, C. (2005), *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasília (1ª ed. 2002).
- Pacheco, J.; Brilha, J. (2014), Importância da interpretação na divulgação do património geológico: uma revisão. *Comunicações Geológicas*, 101 (1): 101-107. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32722/1/230.pdf>
- Pedrosa, A. Sousa (2014), Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local. *Cuadernos de geografía*, revista colombiana de geografía, 23 (2): 203-219
- Pérez, X. P. (2009), *Património cultural. Uma visão antropológica*. Asociación Canaria de Antropología (ACA) e PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, El Sauzal (Tenerife) [ver Capítulo 6: Turismo, Cultura e Património Cultural].
- Serantes, A. (2011). Os Centros de Interpretación en Galicia: un recurso para o desenvolvemento turístico sostible? *AmbientalMENTE Sustentable*, I (11-12): 101–121.
- Tilden, F. (2006), *La interpretación de nuestro patrimonio* (tradução em castelhano de “Interpreting our heritage” [1ª ed. 1957] GEA/CICLOS (Librería de Ciclos).

## 5.2. Bibliografía complementar

- Alcantara, Leonardo Cintra (2007), *Trilhas interpretativas da natureza*. Monografia de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil.
- Atkinson *et al.* (2001), *A sense of place: an interpretative planning Handbook*. 2nd edition. James Carter Editor. Scotland.
- Avelar, L. Figueiredo (2015), *Museus comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril*. Dissertação de mestrado, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro. Acedido em 9.02.2019 em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13691/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_AVELAR%2C%20Luciana.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13691/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AVELAR%2C%20Luciana.pdf)
- Avillez, F. (2014), *Agricultura Portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável*. AGRO.GES, Lisboa.
- Baptista, F. O. (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Fora de Texto, Coimbra.

- Baptista, F. O. (2001), *Agricultores e Territórios*. Celta Editora, Oeiras.
- Baptista, F. O. (2009), A Transição Rural e o Património. Em Paulo Ferreira da Costa (coord.), *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, pp. 33-41.
- Baptista, F. O. (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Celta Editora, Oeiras [ver Parte II: A Transição Rural].
- Blockley, M.; Hems, A. (ed.). (2006), *Heritage Interpretation: Theory and Practice: Issues in Heritage Management*. London, Routledge.
- Bourdeau, L.; Gravari-Barbas, M.; Robinson, M. (ed.) (2015), *World Heritage, Tourism and Identity (Inscription and Co-production)*. Routledge, 290 p.
- Brigola, João (2011), Perspetiva histórica da evolução do conceito de museu em Portuga. In Maria Margaret Lopes e Alda Heizer (org.), *Coleccionismo, práticas de campo e representações*. Campina Grande, pp. 43-48. Acedido a 2.02.2019 em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8327/1/Brasil-%20conceito%20de%20museu.pdf>
- Brito, J. P. (2003), Museu, memória e projeto. Em José Portela e João Castro Caldas (org.), *Portugal-Chão*. Celta Editora, Oeiras, pp. 265-277.
- Cardozo, P. F. (2012), A interpretação do património histórico romano na cidade de Mainz, Renânia – Palatinado (Alemanha). *PASOS - Revista de turismo y patrimonio Cultural*, Universidade de La Laguna, Santa Cruz de Tenerife. vol. 10 (1): 661–670.
- Carneiro, M.; Durão, M. (2010), *Interpretação: uma perspetiva sobre a acessibilidade nos museus portugueses*, Turismo Acessível – Estudos e experiências, ISCE, Edições Pedagogo, Mangualde.
- Carqueja, M. C. (1998), *Turismo no espaço rural como alternativa de desenvolvimento*. Tese de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados. UTAD, Vila Real.
- Carvalho, P. (2001), Património, território, atores e desenvolvimento rural sustentável. O Ecomuseu da Lousã. Desafio ou utopia? Em *Actas I Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real.
- Carvão, S. (2009), Tendências do turismo internacional. *Exedra*, nº temático: *Turismo e Património*, 17-32.
- Castelo, A.; Ferreira, C. C. (1991), Segunda habitação em meio rural: Fontanelas, uma aldeia no concelho de Sintra. Em *Comunicações do I Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Lisboa.
- Cavaco, C. (1999), O mundo rural português: desafios e futuros? Em Carminda Cavaco (Ed), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 135-148.
- CCRC (s.d.), *Programa das Aldeias Históricas de Portugal – Aldeias Históricas de Portugal*. Comissão de Coordenação da Região Centro, [S.L.].
- Clifford, J. (1999), *Itinerarios Transculturales*. Gedisa, Barcelona.
- Cordovil, F. (1997), Desenvolvimento rural e a conservação do campo. *Revista Dinâmica do Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica*, n.º 7, 1-12.

- Covas, A. (1999), *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*. DGDR, Lisboa.
- Chevallier, D. *et al.* (2000), L'invention du patrimoine rural. *Autrement*, 194: 11-55.
- Delgado, A.B.; Pazos, A.S. (2013), Interpretação do património, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. *Turismo & Sociedade*, 6 (2): 300-323. Acedida a 7.02.2019 em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/31930>
- Dibie, P. (2006), *Le village métamorphosé. Révolution dans la France profonde*. Plon, 406 p.
- Dinis, I. (1999), Denominação de origem e desenvolvimento rural: o caso do Queijo da Serra da Estrela. Dissertação de Mestrado, Depart. Economia Agrária e Sociologia Rural, ISA, Lisboa.
- Dinis, I.; Moreira, J.; Simões, O. (2009), Quanto estão os consumidores dispostos a pagar pela conservação de variedades tradicionais de macieiras? Em Luís Moreno, Maria Mercedes Sánchez e Orlando Simões (coord.), *Cultura, Inovação e Território: o Agroalimentar e o Rural*. Ed. SPER, Lisboa, pp. 235-244.
- Dinis, I.; Simões, O.; Moreira, J. (2011), Using sensory experiments to determine consumers' willingness to pay for traditional apple varieties. *Spanish Journal of Agricultural Research*, Vol. 9, Nº 2, 351-362.
- Elias, Norbert (1939), *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar ed. Rio de Janeiro, ZAHAR
- Federação Portuguesa de Campismo (2000), *Pedestrianismo – O desporto dos que andam a pé. Percursos Pedestres – Normas para implantação e marcação*. Federação Portuguesa de Campismo e Secretaria de Estado do Desporto, Portugal.
- Figueiredo, E. (2003), Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Dissertação de Doutoramento, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Univ. Aveiro, Aveiro.
- Filipe, Marisa G. (2013), Aldeias Abandonadas, Património Imaterial e Desenvolvimento Local: estudos de caso na Área Metropolitana de Lisboa. Dissertação de Mestrado, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido a 1.02.2019 em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6999/1/Tese%20de%20Mestrado%20-%20Aldeias%20Abandonadas%20na%20AML%20%282013%29.pdf>
- Friedman, J. (1994), *Cultural Identity and Global Process*. Sage, Londres.
- García Canclini, N. (1999), Los usos sociales del patrimonio cultural. Em Encarnación Aguilar Criado (org.), *Patrimonio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio*. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Sevilla, pp. 16-33.
- Geertz, C. (1987), *La Interpretación de las Culturas*. Gedisa, Barcelona.
- Gómez Pellón, E. (1999), Patrimonio cultural, patrimonio etnográfico y antropología social. Em Esther Fernández de Paz e Juan Agudo Torrico (orgs.), *Patrimonio Cultural y Museología. Significados y Contenidos*. FAAEE-Asociación Galega de Antropoloxía, Santiago de Compostela, pp. 17-29.
- Hein, Hilde (2000), *The Museum in Transition: A Philosophical Perspective*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- Hernández, F.H. (1998) *El Museo como espacio de comunicación*. Gijón, Trea.

- Howard, P. (2003). *Heritage: Management, Interpretation, Identity*. London, Continuum.
- Madureira, L.; Magalhães, P.; Silva, P. G.; Marinho, C.; Oliveira, R. (2013), *Economia dos Serviços de Ecossistema: um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha*. Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, Lisboa, 150 p.
- Mairesse, F.; Maranda, L.; Davies, A. (dir.) (2007), *Defining the Museum*. Mariemont: ICOFOM.
- Martins, N. (2010), Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego - revisitações da paisagem cultural ribeirinha. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, UTL, Lisboa.
- Martins, Nuno e Cláudia Costa (2009), Património, paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável: parques temáticos vs parques patrimoniais. *Exedra: Turismo e Património*, 51-76.
- Menéres, A. (1987), Património: bem conhecer para bem defender, *Separata do boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, 31: 3-6.
- Morais, P. (2012), La eficacia de las actividades de educación e interpretación ambiental en contextos de ecoturismo. El caso de la ruta de las salinas de Figueira da Foz, Portugal. In Luís Cano Muñoz *et al* (coord.), *Nuevas investigaciones iberoamericanas en Educación Ambiental*, Ed. Organismo Autónomo Parques Nacionales, Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, España. Acedido em 9.02.2019 em: [https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/recursos/documentos/Nuevas%20Investigaciones%20Iberoamericanas\\_tcm30-169407.pdf](https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/recursos/documentos/Nuevas%20Investigaciones%20Iberoamericanas_tcm30-169407.pdf)
- Muñoz, M. (2008). Evaluación y Financiación del Uso Público en Espacios Naturales Protegidos. El Caso de la Red Española de Parques Nacionales. Tese de doutoramento, UAM, Madrid.
- Nave, J. G. (2003), O rural e os seus duplos. Em José Portela, e J. Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*. Celta Editora, Oeiras, pp. 129-148.
- Nunes, M. (2008). *Passeios e Percursos Irrepetíveis por Portugal*, A Esfera dos Livros.
- OCDE (1999), *Cultivating rural amenities. An Economic Development Perspective*. OECD publication, Paris, 113 p.
- OCDE (2002), *Des politiques de développement basées sur les aménités rurales : guide pour l'action publique*. OECD publication, Paris, 123 p.
- Pacheco J., 2012. Interpretação de património geológico: uma aplicação ao Geoparque Arouca. Tese de Mestrado em Património Geológico e Geoconservação, Universidade do Minho, Braga.
- Pedrosa, António; Pereira, Andreia (2012), A paisagem cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso - Norte de Portugal. *Revista Geonorte* 2 (4): 46-59.
- Peixoto, P. (2002), Os meios rurais e a descoberta do património. *Revista da Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 175: 1-15.

- Peralta, E.; Anico, M. (2006), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Celta Editora, Oeiras, 217 p.
- Peres, A. (1995), *Educando Educadores no Turismo*. OMT e Universidade Politécnica de Valença, OMT, Valença.
- Pérez, X. P. (2003), Patrimonialização e transformação das identidades culturais. Em José Portela, e J. Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*. Celta editora, Oeiras, pp. 231-247.
- Pérez, X. P.; Paredes, X.M.P. (2000), *Rutas Xacobeas na Comarca da Ulloa. Chemins de Saint-Jacques dans la Région d'Ulloa*. Palas de Rei (Lugo), Asociación "Os Lobos".
- Prats, L. (1997), *Antropología y patrimonio*. Ariel, Barcelona
- Reis, D.G.; Manduca, C.; Baptista, L.; Cardozo, P.F. (2017), Turismo e interpretação: uma forma de valorização e promoção do património cultural e natural do Recanto dos Papagaios, Brasil. *Turydes: Turismo y Desarrollo*, n. 22. Acedido a 1.02.2019 em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/22/recanto-papagaios-brasil.html>  
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/turydes22recanto-papagaios-brasil>
- Reis, J. (2003), Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. Em José Portela, e J. Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*. Celta Editora, Oeiras, pp. 37-46.
- Ribeiro, M. (2000), Procuras urbanas, ambiente(s) e desenvolvimento de regiões do interior. *Douro – Estudos e Documentos*, V (10): 31-41.
- Rivière, G. Henri (1989), *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*. Cours de Muséologie/Textes et Témoignages. Dunod, Paris.
- Rodrigues, A. (2006), Os Trilhos Pedestres como uma catividade de lazer, recreio e turismo – uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6: 83-94.
- Rolo, J. C.; Cordovil, F. (2014), *Rural, agriculturas e políticas*. ANIMAR, Lisboa.
- Rosa, M<sup>a</sup> Cecília C. (2011), A interpretação do património arquitectónico para um público deficiente visual – estado da arte e proposta (cap.V). Dissertação de Mestrado, ESGT, Instituto Politécnico de Tomar.
- Saldanha, Sandra Costa (Coord.) (2014), *Guia de boas práticas de interpretação do património religioso*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja / Turismo de Portugal, 108 p.
- Sanchis, I. Paiva; Mahfoud, Miguel (2007), Interação e construção: o sujeito e o conhecimento no construtivismo de Piaget. *Ciências & Cognição*, 12: 165-177.
- Saut, François (2001), *Écomusées et musées de société au servisse Du développement local, utopie ou réalité? Collection Jeunes auteurs 3*. Lempdes: Centre National de Ressources du Tourisme en Espace Rural.
- Scheiner, Tereza Cristina (2012), Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 7 (1): 15-30.
- Schelle, K. (2008), *A Arte de Passear*. Publicações Europa-América, Lisboa.
- Simões, O.; Carreira, V. (2013), Processos de patrimonialização em contexto rural: O caso de Póvoa Dão. Em Fernanda Cravidão e Norberto Santos (coord.), *Turismo e Cultura, destinos e competitividade*. Imprensa da Uiniversidade de Coimbra, Coimbra, pp. 395-412.

- 
- Staiff, Russell (2014), *Re-imagining Heritage Interpretation: Enchanting the Past-Future*. Routledge, 208 p.
  - Teixeira, D. J. Varela (2005), O Ecomuseu de Barroso: a nova museologia ao serviço do desenvolvimento local. Tese de mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
  - Tibério, M. L.; Cristóvão, A. (2001), Produtos tradicionais e desenvolvimento local: o caso da designação protegida Queijo de Terrincho DOP. *1º Congresso de estudos Rurais*, SPER e ESAB, Bragança.
  - TILDEN, F. (1977), *Interpreting our Heritage* (3ª ed.) [1ª ed. 1957]. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
  - Toffolo, R.; Cardozo, P. F. (2013), Interpretação patrimonial como forma de valorização das edificações e o desenvolvimento turístico do município de Lapa (Paraná, Brasil). *Turismo & Sociedade* (Curitiba), 6 (4): 791-813. Acedido a 1.02.2019 em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/download/32952/22376>
  - Tovar, Zília (2010), Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeios Pedestres em Portugal. Dissertação de mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Acedida a 6.01.2019 em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62687680.pdf>
  - Wood, M. E. (2017), *Sustainable Tourism on a Finite Planet (Environmental, Business and Policy Solutions)*. Routledge, 328 p.